

**RIO DE JANEIRO E MEIO AMBIENTE: RELAÇÕES ENTRE CIDADE E
NATUREZA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

*Rio de Janeiro and the environment: relations between city and nature at the beginning
of the 20th century*

Ivan Souza Vieira¹

Resumo: Este artigo analisa o urbano e o meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Neste período a orla adquire centralidade no âmbito urbano, num contexto em que os banhos de mar se popularizam e a imagem da praia enquanto local de residência e lazer é progressivamente valorizado. As áreas verdes da cidade, de modo análogo, também são exaltadas, apesar destas já receberem atenção desde finais do século XVIII. Durante o processo histórico se observa que a relação entre meio ambiente, cidade e sociedade paulatinamente se modifica, levando a construção de uma atratividade dos elementos naturais no contexto urbano – tanto entre moradores, como entre visitantes. Assim, o objetivo é compreender de que forma este processo ocorreu a partir da análise do conteúdo de guias de viagem elaborados na primeira década do século XX. Inicialmente, contudo, se faz uma reconstituição histórica dos processos relacionados à formação da orla e das áreas verdes da cidade, como base para se entender o porquê destes espaços aparecerem nos referidos guias.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; cidade; sociedade; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

As relações existentes entre cidade e meio ambiente² podem ser pensadas a partir dos âmbitos sociais, políticos, econômicos e históricos nos quais estas relações estão inseridas. Valendo-se deste pensamento, podemos afirmar que a interação que determinado habitante de uma cidade estabelece atualmente com o meio ambiente do

¹ Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. E-mail: ivan.vieira@usp.br.

² Neste trabalho se assume o meio ambiente enquanto “produto social resultante da relação sociedade-natureza no processo de construção do espaço – pelo homem, com o homem e para o homem” (Galvão, 1992, p. 21). Trata-se, portanto, de uma natureza que é recriada pela sociedade, e desta forma se conjuga enquanto produto social da ação humana no espaço.

seu local de residência provavelmente é distinta da interação observada por um morador da mesma cidade em outro período da história.

Abreu (1992), que dedicou considerável parte de sua produção acadêmica para a análise das transformações urbanas do Rio de Janeiro, faz menção a este processo, defendendo que:

[...] a relação entre natureza e sociedade é sempre historicamente determinada. Em outras palavras, o significado e o valor que uma sociedade atribui aos elementos da natureza irão sempre variar no tempo, acompanhando o processo histórico de seu desenvolvimento econômico e social. Valores ambientais que são hoje tão disputados pela população do Rio, como viver próximo à praia, por exemplo, seriam considerados extremamente exóticos (ou mesmo irracionais) pelos cariocas do passado (ibidem, p. 55).

Para o caso do Rio de Janeiro, estas distintas formas históricas de se interagir com o meio ambiente se tornam mais evidentes quando analisamos as práticas sociais e urbanas que se desenvolvem na sociedade carioca entre os séculos XIX e XX. Neste período, a orla adquire centralidade no âmbito urbano, num contexto em que os banhos de mar se popularizam e a imagem da praia enquanto local de residência e lazer é progressivamente valorizado. As áreas verdes da cidade, de modo análogo, também são exaltadas e valorizadas.

Nos dias atuais, caso consultemos um guia de viagens sobre a capital carioca, provavelmente encontraremos uma série de menções aos atrativos naturais da cidade. Para além das publicações nacionais, que normalmente destacam os elementos da natureza presente na cidade do Rio de Janeiro, os guias produzidos em idiomas estrangeiros, de modo análogo, destinam inúmeros qualificativos para descrever as paisagens cariocas. No guia da *Lonely Planet* (2017), por exemplo, são exaltadas as “montanhas verdejantes e praias de tirar o fôlego da Cidade Maravilhosa”. Já o guia da revista *The Monocle* afirma que “the first thing that strikes a visitor to Rio de Janeiro is the city’s staggering natural beauty” (p. 9). O *Fodor’s Travel Guide* (2015), ainda, diz que as “stunning beaches” e as “breathhtaking landscapes” estão entre as principais razões para se visitar a cidade.

A atribuição de importância à paisagem e a natureza cariocas é de tal magnitude que em 2016 a cidade foi a primeira no mundo a receber da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) o certificado de Patrimônio Mundial pela sua paisagem cultural, dado a forte relação existente entre o ser humano e natureza na trajetória de sua história urbana. No Dossiê de inscrição que deu origem a este certificado fala-se “da cidade que parece natureza e da natureza que parece cidade” (IPHAN, 2016, p. 46), além de mencionar que o Rio de Janeiro

concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional. A forte presença de elementos da natureza no meio urbano define o Rio como exemplo de cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social, possibilitando ao homem moderno usufruir de diversas formas de lazer ligadas a sua natureza marcante (IPHAN, 2016, p. 9).

Contudo, como denota a citação de Abreu (1992) acima exposta, toda esta valorização da proximidade com a natureza é produto de relações sociais estabelecidas em determinado momento da história. Em meados do século XIX, por exemplo, bairros atualmente reconhecidos pela sua atividade praieira (como Copacabana, Leme Ipanema e Leblon, por exemplo) não existiam formalmente ou eram escassamente povoados e detinham pouca infraestrutura urbana. É a partir das décadas finais do século XIX, portanto, que se inicia o desenvolvimento de uma cultura praieira e se consolida uma urbanização e turismo direcionados pela proximidade com o mar. “O mar como valor cênico e paisagístico e a praia como espaço para o lazer, são incorporados nessa época ao repertório urbano brasileiro” (MACEDO, 2004, p. 49) e carioca, principalmente.

Já a valorização das áreas verdes da cidade remonta a um período anterior. O primeiro jardim público da cidade, por exemplo, remonta às décadas finais do século XVIII. Ao longo do século XIX, ainda, se observa uma série de iniciativas na cidade com o intuito de se preservar e ampliar o contato com o verde – levadas a cabo, sobretudo, pela corte portuguesa (e em especial, o imperador D. Pedro II) e seu gosto por parques e jardins.

Considerando este processo de modificação da relação entre cidade, sociedade e meio ambiente no referido período, neste artigo procuramos compreender, através

da análise documental e histórica, quando e de que forma estas transformações ocorrem na cidade do Rio de Janeiro.

O MAR

Ao longo do tempo, nota-se que os membros da estrutura social e política carioca foram se interessar e valorizar a ocupação urbana da orla apenas na segunda metade do século XIX, no momento em que os banhos de mar aos poucos se popularizavam entre a população. É a partir deste período, portanto, que se inicia o desenvolvimento de uma cultura praieira e se consolida uma urbanização direcionada pela proximidade com o mar.

Assim, neste período (e sobretudo a partir do século XX) se inicia um processo de ocupação e valorização da orla, num momento em que o adensamento da população e de edificações em bairros como Copacabana, Leme e Ipanema é baixo ou médio, ainda que crescente. Esta fase inicial de expansão se estende até meados da década de 1920, quando então começa um tipo de ocupação da orla caracterizada pela verticalização.

Segundo a historiografia, o interesse pelo mar no ambiente carioca reflete, em grande medida, práticas urbanas e sociais que se desenvolviam na Europa desde a segunda metade do século XVIII. Corbin (1989) retrata o nascimento e a evolução do “desejo de beira-mar”: progressivamente o medo e a repulsa ao mar – associados à representação bíblica do dilúvio – são abandonados pela aristocracia e alta burguesia europeias e a praia passa a ser procurada enquanto lugar para combater a melancolia, “acalmar as novas ansiedades” da vida citadina e de sociabilidade; os efeitos terapêuticos do banho em águas termais ou oceânicas também são valorizados por médicos e higienistas.

No Brasil o desenvolvimento desta cultura balneária é associado à chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808. Existem relatos de que no começo do século XIX o rei D. João VI, por indicação médica, frequentava uma casa de banhos na Praia do Caju, na atual região portuária da cidade (Campos, 2010). Durante o século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, Campos (2010) identifica uma série de projetos de construção de casas de banho e de hotéis balneários – alguns deles ligados à monarquia e ao governo imperial.

Já na segunda metade do século XIX se observa o movimento da população em direção as praias da Baía da Guanabara, mais próximas ao centro e, portanto, de mais fácil acesso. Deste período podemos mencionar a Praia do Russel, na Glória, a Praia da Ajuda, na atual Cinelândia, e a Praia do Peixe, próxima da Praça XV (muitas destas acabam deixando de existir, dado os sucessivos aterros efetuados na cidade).

Existe ainda a praia de Botafogo, que vai sendo ocupada lentamente a partir de 1820, quando o bairro começa a receber algumas chácaras. Já no final do século o bairro encontra-se mais urbanizado; e durante a gestão do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, esta região costeira recebe uma série de melhoramentos com a construção da avenida Beira-mar.

De modo geral, a cultura balneária e praiana, portanto, irá se desenvolver e se fixar ao sul da cidade no final do século XIX e início do XX, com a expansão em direção à Copacabana, Leme e Ipanema.

Na relação do crescente interesse pelos banhos de mar com a busca por se urbanizar bairros da orla carioca, Abreu (2013) menciona este processo para o caso de Copacabana. A chegada dos primeiros bondes ao bairro, por exemplo, ocorre em 1892, após a construção do Túnel Velho. A inauguração desta linha de transporte é acompanhada de críticas pela Companhia Jardim Botânico; consideravam imprudente levar o bonde “àquele deserto arenoso, sem habitação e cujo progresso seria muito lento” (apud ABREU, 2013, p. 48). Entretanto, em 1894, os diretores da Companhia apresentariam um discurso diferente, destacando a proximidade do bairro com o mar e o processo de ocupação que se seguiria nos próximos anos:

É incontestável que as duas praias de Copacabana e Arpoador são dotadas de um clima esplêndido e salubre, beijadas constantemente pelas frescas brisas do oceano... A exceção de um ou outro prédio bom, os demais são, na verdade, pequenas e pobres choupanas... É (pois) um bairro a crear-se. Agora é que vão tendo começo as edificações, as melhores casas se levantam, depois de vendidos os lotes de terrenos para esse fim, já se acha organizada uma companhia, com capital suficiente para edificar um *club de sport* e uma grande casa balneária, que, brevemente, dará começo às obras. Dentro de um lustro, aqueles desertos do Sahara – como o qualificaram, se converterão em grandes povoações, para onde afluirá, de preferência, a população desta cidade (ABREU, 2013, p. 48).

Na Tabela I³, elaborada a partir dos principais acontecimentos que ocorreram entre o final do século XIX e o começo do século XX nos bairros de Copacabana, Leme, Ipanema e Leblon, se demonstra um dos aspectos desse interesse pela proximidade com o mar: a ocupação e a urbanização da orla.

TABELA I – OBRAS, LEIS E PLANOS DE MODIFICAÇÃO DE PARTE DA ORLA DO RIO DE JANEIRO

Ano ou Período	Obras, leis e planos
1891	Criação da "Empresa de Construções Civis", responsável pelo loteamento do bairro de Copacabana
1892	Construção do Túnel Velho, ligando os bairros de Botafogo e Copacabana
1894	Fundação do bairro de Ipanema, decretando a abertura de 19 ruas (dentre elas, a avenida Vieira Souto, atual beira-mar) e 2 praças
1895	Abertura da Rua Francisco Otaviano, conectando, pela primeira vez, os bairros de Copacabana e Ipanema
1898	Decreto declara isenção do pagamento de imposto para quem construísse no bairro de Ipanema.
Década de 1910	Construção da Avenida Beira-Mar, que percorre a linha litoral do centro até Botafogo e, em certa medida, facilita o deslocamento a bairros como Leme e Copacabana.
1902	Inauguração da iluminação elétrica em Ipanema
1903	Decreto n. 391 que trata da regulação dos prédios
1904	Início das obras do Túnel Novo, ligando as avenidas Lauro Sodré (Botafogo) e Princesa Isabel (Copacabana)
1905	Início das obras da Avenida Atlântica, que percorrerá a linha litoral dos bairros de Copacabana e Leme
1905-1927	A Companhia Construtora de Ipanema assume a urbanização do bairro, atuando na localidade até 1927.

Fonte: Elaboração do autor a partir de fontes diversas⁴

Da tabela acima depreende-se algumas considerações relevantes para se investigar o processo de “desejo de beira-mar” e de ocupação urbana da orla carioca: no plano legal, o estabelecimento de diretrizes normativas que facilitassem a ocupação da área (como a isenção de imposto para quem optasse por construir em Ipanema); no caso das obras – promovidas pelo Estado ou por companhias designadas por este – nota-se um padrão viário, que busca facilitar o acesso aos bairros marítimos por meio da

³ Dado o caráter ainda inicial da pesquisa, a tabela não busca ser exaustiva (ou seja, apresentar todos os acontecimentos relevantes do período), mas apenas demonstrar o caráter intenso de modificação do espaço urbano da orla ao longo dos 71 anos em questão.

⁴ Para a elaboração do levantamento foram utilizados dados coletados junto ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e das seguintes obras: Andreatta, Chiavari & Rego, 2009; Cardeman & Cardeman, 2016; Jardim, 2014; Resende, 2002.

construção ou alargamento de ruas, avenidas e túneis, além do estabelecimento de serviços que viabilizem a urbanização da zona, como a implantação de bondes e de um sistema de iluminação elétrica; por fim, verifica-se a atuação de companhias privadas na organização e venda de loteamentos nos novos bairros que então se constituíam.

Da mesma forma que os serviços urbanos – como os bondes e iluminação, já mencionados, mas também água, esgoto, escolas e hospitais – se deslocam para os bairros da orla, ocorre um deslocamento das camadas mais altas da sociedade carioca em direção a estas áreas. Se durante grande parte do século XIX as famílias de mais alta renda se concentravam próximas ao centro – como em Botafogo, Flamengo, Laranjeiras, Catete e Glória – ou na periferia da cidade – nos bairros interioranos de São Cristóvão, Tijuca, Alto da Boavista, Gávea, Jardim Botânico e Cosme Velho – no final do século algumas destas localidades entram em decadência (como São Cristóvão) e as altas camadas sociais demonstram sua preferência por “áreas mais aprazíveis das abas dos grandes maciços montanhosos, especialmente aqueles junto à orla oceânica e posteriormente também pelas praias” (VILLAÇA, 1978, p. 156).

Em síntese, esta fase inicial de ocupação da orla caracteriza-se pela expansão da fronteira urbana do Rio de Janeiro. A cidade se expande em direção aos bairros da orla, como Copacabana e Ipanema, refletindo as mudanças de hábitos e práticas que ocorriam na sociedade carioca.

AS ÁREAS VERDES

A reflexão acerca da instituição de jardins e parques públicos no espaço urbano se consolida, internacionalmente, a partir do século XVIII. Se os espaços ajardinados, até os anos finais do século XVII, eram majoritariamente "para uso particular [...] da realeza e da aristocracia – para seu deleite, repouso e ostentação, [...] a partir de então [séculos XVIII e XIX] [...] se passaram a abrir esses espaços primeiro para a burguesia emergente e logo para o resto da população" (Oliveira, 2008, p. 57).

Desta forma, a partir do século XVIII constatamos um processo de publicização dos espaços verdes: dos jardins privados da monarquia e da aristocracia para as alamedas e passeios públicos da burguesia, para então chegarmos aos parques públicos, no século XIX, destinados às classes populares.

Os jardins e parques urbanos, ainda, surgem em correlação às consequências advindas da Revolução Industrial – dentre elas, os volumosos êxodos rurais e a deterioração da qualidade ambiental nos grandes centros industriais. Neste contexto, a aproximação entre cidade e áreas verdes “é clamada em um grande contingente de discursos, seja em estudos sobre intervenções pontuais ou em propostas para novas cidades” (Oliveira, 2008, p. 59).

No Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, surge o primeiro jardim/parque público do Brasil. Ainda no período colonial, o vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, promove a construção do Passeio Público numa área próxima ao mar, nas imediações da lagoa do Boqueirão da Ajuda – no atual bairro da Lapa, região central da cidade. “Sua localização certamente decorreu de uma estratégia de tratamento e aproveitamento de áreas alagadas e charneças, buscando conquistar terreno firme, num sítio carente de horizontes de expansão” (Segawa, 1996, p. 81). A construção do Passeio Público carioca ocorreu entre 1779 e 1783 e é resultado do projeto efetuado pelo artista Valentim da Fonseca e Silva – o Mestre Valentim.

De acordo com Segawa (1996), D. Luís de Vasconcelos havia se inspirado no Passeio Público de Lisboa, construído “em terrenos da Horta Seca e dos Palácios Castelo-Melhor (da família de D. Luís de Vasconcelos)” (ibidem, p. 83) após o grande terremoto de 1755.

Nos anos de 1860 o Passeio é remodelado pelo engenheiro e paisagista francês Auguste François Marie Glaziou. Já no início do século XX, sob a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906), é instalado um aquário no local – que é retirado no período do Estado Novo (1937-1945), a pedido do então prefeito Henrique Dodsworth.

Após a instalação do Passeio Público, nas décadas finais do século XIX, surgem novos projetos e iniciativas que acabam por dotar a cidade de novas ou reformuladas áreas verdes – sejam praças, jardins ou parques urbanos. Muitas destas ações estão conectadas, sobretudo, com o interesse da corte real portuguesa (que chega ao Rio de Janeiro em 1808) em promover o melhoramento urbano da cidade. Para isso instituem regulamentações que visam o alargamento das ruas e a construção de praças – “que não só embeleza a cidade, mas contribui muito para a saúde da população” (Pinto, 1972, p. 32, apud Segawa, 1996, p. 154).

Ao longo do século XIX, nesse sentido, são formados: o Jardim Botânico, que inicia suas atividades em 1808, sob os desígnios de D. João VI; o Jardim Zoológico, em 1888, sob a iniciativa do Barão de Drummond, próximo de D. Pedro II; e o Campo de Santana (ou Campo da Aclamação, Campo da Honra, Campo de Marte, Parque Júlio Furtado ou Praça da República, sendo este último a sua nomenclatura atual), que passa por remodelação paisagística entre 1873 e 1880 efetuada por Glaziou (o mesmo que remodelou o Passeio Público) e adquire a condição de parque.

Segundo levantamento realizado pelo francês Émile Allain, em 1886, o Rio de Janeiro neste período possuía doze jardins públicos:

Seis de pequeno porte [11 de Junho (tragada mais tarde com a abertura da avenida Presidente Vargas), praça Municipal (desaparecida com a atual avenida Barão de Tefé), S. Francisco de Paula, defronte à estação D. Pedro II, praça General Osório (antigo largo do Capim, também desaparecida com a abertura da Presidente Vargas) e o cais da Glória (próximo à base da igreja, embora hoje não mais como cais) – os últimos quatro jardins com intervenções de Glaziou] -, e as demais ‘que oferecem locais de passeios agradáveis’, ‘por ordem de importância’, segundo o autor: praça D. Pedro II (atual praça 15 de Novembro), praça Duque de Caxias (atual largo do Machado) – estas duas com intervenções de Glaziou] -, praça da Constituição (atual praça Tiradentes), o Passeio Público (também com o toque de Glaziou), o Campo da Aclamação e o Jardim Botânico – além do jardim do palácio da Boa Vista (então Parque Imperial – igualmente remodelado por Glaziou), espaço do palácio franqueado ao público (Segawa, 1996, p. 172).

No âmbito das intervenções ambientais que ocorrem na cidade durante o século XIX é relevante também mencionar a iniciativa de D. Pedro II em transformar o maciço da Tijuca, em 1861, em “floresta nacional”, promovendo o reflorestamento da área (ao todo são plantadas cerca de 72.000 árvores) e a preservação de reservatórios de água (Enders, 2008).

No âmbito mais específico do turismo e da sua relação com o meio ambiente, registra-se ainda que nos anos finais do período imperial D. Pedro II concede à Pereira Passos e Teixeira Soares uma permissão:

para construir e explorar uma estrada de ferro em cremalheira, de vocação turística, sem recorrer ao trabalho escravo. Em 1885, a obra está pronta: um trenzinho a vapor faz o cortejo imperial subir as vertiginosas ladeiras

cobertas de mata atlântica em direção do pico do Corcovado. A meia vertente, o hotel das Paineiras está pronto para receber uma clientela rica, ansiosa de aproveitar o frescor e as águas límpidas da floresta da Tijuca (Enders, 2008, p. 196).

Por fim, no início do século XX, no contexto das reformas urbanas levadas a cabo pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves, a questão da insalubridade, da higiene pública e da necessidade de conferir ao Rio ares mais europeus e modernos fazem com que as intervenções atuem diretamente sobre o meio ambiente e físico da cidade: seja com a demolição de morros para o aterramento de quase duas centenas de hectares sobre o mar, seja com as obras de melhoramentos que implicaram na arborização de inúmeras vias (como é o caso das avenidas Central e Beira-Mar) e na construção de jardins públicos (como o Jardim Suspenso do Valongo, sobre o Morro da Conceição).

OS GUIAS DE TURISMO

Segundo Perrotta (2011), os primeiros guias de viagem publicados para a orientação de viajantes surgem na Europa da primeira metade do século XIX. Sobre o Rio de Janeiro, observa-se o desenvolvimento de uma literatura de viagem, em formato de guia, também no século XVIII, como é o caso das seguintes publicações: *Guia do estrangeiro no Rio de Janeiro e uma notícia histórica sobre os principais monumentos*, de 1873; *Guia do viajante no Rio de Janeiro*, de 1882 e 1884; *Impressões de viagem Brazil-Europa. Ida e volta*, de 1887; *Hand Book of Rio de Janeiro*, de 1887; e *La provincia de Rio de Janeiro – Notizie all' emigrante*, de 1888 (Perrotta, 2011).

Já no começo do século XX, alguns dos primeiros guias publicados sobre a cidade são o *Guide des Etats-Unis du Brésil*, de 1904; e o Guia da cidade do Rio de Janeiro, de 1905.

O *Guide des Etats-Unis du Brésil*, primeira guia a ser analisado, é de autoria de Olavo Bilac, Guimarães Passos e Bandeira Junior. O título sugere que se trata de um guia turístico geral sobre o país; no entanto, 122 das suas 299 páginas são destinadas à cidade do Rio de Janeiro – os demais conteúdos abordados são: informações gerais sobre o

Brasil (história, geografia, economia, governo, literatura e belas artes), anúncios de estabelecimentos comerciais na cidade e três páginas dedicadas ao Porto de Santos.

Sobre o Rio de Janeiro, o guia traz dados gerais, como tamanho da população, migração, clima, taxas de mortalidade, condições sanitárias, história, política, religião, sistemas de transporte e informações sobre o futuro da cidade (mencionam as reformas que em breve serão realizadas por Rodrigues Alves e Pereira Passos).

Acerca da geografia física, destaca a presença de inúmeros morros e picos na cidade, como o Andaraí, Gávea, Corcovado e Pão de Açúcar (de acordo com o guia, os mais altos do Distrito Federal). Ainda nesta parte da geografia física, nota-se a existência de uma seção reservada apenas para tratar da Baía da Guanabara e da vista que se tem da cidade a partir dela. Segundo os autores do guia, esta baía é conhecida como a “la plus belle du monde” (Bilac, Passos e Bandeira Jr, 1904, p. 99). Em seguida, descreve cada uma das ilhas presentes na baía, não deixando de mencionar as melhores praias de banho presentes na Ilha do Governador e na Ilha de Paqueta.

Sobre os pontos a serem visitados na cidade, além dos parques, praças e praias, o guia traz uma lista com as igrejas (católicas e protestantes), escolas, bibliotecas, monumentos e principais ruas e edifícios da cidade. Em relação à paisagem, o guia destaca que o:

Rio de Janeiro, avec sa merveilleuse nature, possède un grand nombre de promenades bien faites pour charmer les étrangers. Les parcs, les plages, les forêts sont admirables; nulle autre ville au monde n'est douée d'aussi beaux points de vue, d'aussi magnifiques paysages (Bilac, Passos e Bandeira Jr, 1904, p. 197).

O guia reserva uma seção exclusiva para tratar dos parques, dos jardins, das praças e das florestas da cidade. Em suma, faz menção aos locais abaixo apresentados, quase sempre valorizando os aspectos naturais e monumentos presentes nestes espaços (em alguns casos, apresentam inclusive detalhes sobre as espécies de árvores e plantas que estão nestes locais):

- a praça 15 de Novembro e seu “vaste et magnifique jardin, rempli de parterres fleuris” (Bilac, Passos e Bandeira Jr, 1904, p. 183);
- a praça São Francisco (atual Largo São Francisco de Paula);

- a praça Tiradentes, que conta com “un magnifique jardin au milieu-duquel s'élève le monument de Pedro I, fondateur de l'Empire” (ibidem, p. 187);
- a praça da República, “un parc magnifique” (ibidem, p. 188): "ce jardin offre un aspect superbe: larges avenues, cascades, lacs, grottes, arbres touffus, plantes de toute espèce qui ravissent les yeux du visiteur" (ibidem, p. 199);
- a praça Onze de Junho, que mantém “un beau jardin rempli de belles et immenses casuarinas” (ibidem, p.189);
- a praça Carioca (atual Largo da Carioca);
- o Passeio Público: "c'est un parc merveilleux. [...] Arbres séculaires, lacs, ponts rustiques, chalets, buvette; au fond, vaste terrasse d'où l'on jouit d'une vue splendide sur la mer" (ibidem, p. 197).
- a praça Lapa;
- a praça Glória, “où un magnifique jardin sépare les deux monuments de la Découverte du Brésil et du Vicomte de Rio Branco” (ibidem, p. 191);
- a praça Duque de Caxias, que “renferme un jardin, au centre duquel s'élève la statue du duc de Caxias, général brésilien, un des héros de la guerre du Paraguay” (ibidem, p. 192);
- a praça José de Alencar;
- o Parque da Boa Vista: "ce charmant parc [...]. Son périmètre est très étendu; et ses avenues bien alignées en font une promenade très agréable" (ibidem, p. 200);
- o Jardim Botânico: "C'est un parc admirable dont on ne trouve l'équivalent dans aucun autre pays du monde. [...] Ce qui frappe le plus le voyageur, en entrant dans le jardin, c'est l'incomparable allée des palmiers, unique au monde" (ibidem, p. 201);
- o topo da montanha do Corcovado, onde se tem “le plus beau panorama qu'on puisse imaginer” (ibidem, p. 204). E ainda destaca: “"ni le pinceau ni la plume ne peuvent donner une idée de ce spectacle imposant" (ibidem, p. 206);
- o Jardim Zoológico, descrito como um local agradável;

Já sobre as praias, o guia também utiliza uma série de qualificativos para descrevê-las, de um modo geral. A praia de Botafogo, por exemplo, além de “bela” e de ser onde reside a alta sociedade carioca, também é um dos lugares com a vista mais bonita do Rio de Janeiro - “une magnifique promenade, couverte de jardins” (Bilac, Passos e Bandeira Jr, 1904, p. 193).

O então recente bairro de Copacabana, de forma análoga, é apresentado como detentor de uma praia “esplêndida” e “admirável”, própria para o banho e residência de verão. Sobre Leme e Ipanema, descrevem suas praias como “muito agradáveis”, repletas de “chalés elegantes”. Em suma, recomenda para todos os turistas que visitem estas praias.

Já o *Guia da Cidade do Rio de Janeiro*, de Paula Pessôa, foi publicado em 1905 a pedido da Comissão Diretora do 3º Congresso Científico Latino Americano. Em suas páginas iniciais, o autor diz que a obra trata das “indicações necessárias” sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas alerta que o escreveu em pouco tempo e, portanto, provavelmente haverão algumas “faltas”.

De modo análogo ao guia de Bilac, Passos e Bandeira Junior, o guia de Pessôa tem início com algumas informações gerais sobre o Brasil, dedicando 33 páginas para tratar na história, da geografia, da economia e da política de cada estado do país. Em seguida, trata da Baía da Guanabara, assim como visto na outra publicação, descrevendo as “belezas” que os turistas encontrarão ao adentrá-la; dentre os qualificativos utilizados para o enaltecimento desta área, estão “admiração”, “êxtase”, “deslumbramento” e “suave encanto”.

O guia segue o relato a partir da perspectiva do viajante que chega na cidade por navio, tem toda uma vista panorâmica da Baía e então chega ao ancoradouro, para o desembarque. Neste momento, faz menção às obras que ocorrem no porto e aos melhoramentos urbanos, resultado das intervenções promovidas pelo presidente Rodrigues Alves e pelo prefeito Pereira Passos.

Após descrever em maiores detalhes a história da “mais bela das bahias e o mais seguro porto do mundo” (Pessôa, 1905, p. 46), o autor trata da história da cidade – de sua fundação até o início do século XX – da sua geografia (faz breve menção aos morros, montanhas, rios, lagos) e “das magníficas condições de salubridade” (ibidem, p. 60) e de clima verificadas no Rio de Janeiro.

Seguindo o *tour* a partir do cais do porto, Pessoa menciona o jardim “impressionante”, “gracioso” e “elegante” da praça 15 de Novembro. Entre uma detalhada descrição das ruas do centro e de seus principais edifícios, cita a praça da República e diz que neste local “o viajante vae extasiar-se ante a luxuriante vegetação de seu parque, o maior da cidade e um dos mais belos do mundo” (Pessoa, 1905, p. 91). Sobre o Passeio Público, o classifica enquanto “lindo logradouro público” (ibidem, p. 107) e destaca suas “árvores seculares, plantas preciosas” (idem) e o terraço à beira-mar, onde “se aprecia o magnífico panorama que oferece uma parte da bahia” (ibidem, p. 108).

Do centro o guia segue para os “arrabaldes” da cidade. Nesta seção, que trata sobretudo da atual zona sul, menciona os “lindos panoramas” que se têm das praias da Glória, do Russell e do Flamengo e o “belo jardim” da praça Duque de Caxias. Mas o destaque, sobretudo, recai sobre Botafogo, dado que “nenhum arrabalde da cidade leva-lhe vantagens em importancia e belleza” (Pessoa, 1905, p. 118); ainda diz:

No fim das duas ruas - Marquez de Abrantes e Senador Vergueiro - o viajante é agradavelmente surpreendido com a belleza incomparavel da poetica bahia de Botafogo [...]. Distante 6 kilometros da cidade, esta linda enseada, semi-circular, communica-se com a bahia de Guanabára por uma larga abertura entre o Morro da Viúva e a Pedra da Urca; é toda circundada de um longo Cães á beira mar que dá um realce extraordinario ao gracioso correr de lindos edificios, quasi todos artisticamente ajardinados. O grande naturalista Darwin, que ahi residiu em 1832, dizia que - é impossivel imaginar uma habitação mais deliciosa - como affirmamos ser impossivel descrever minuciosamente todas as suas bellezas (ibidem, p. 117).

O roteiro segue retratando as “agradáveis emoções” de se continuar o percurso em direção ao Jardim Botânico, onde no caminho pode-se ver o Pão Açúcar (que surge como uma “aparição fantástica”), o Corcovado, a Pedra da Gávea, os Dois Irmãos, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Jardim Botânico, com o seu “espectaculo imponente da extensa rua das Palmeiras, considerado o mais lindo zenque de palmeiras do mundo inteiro” (Pessoa, 1905, p. 122). Sobre o Jardim, complementa:

As suas numerosas especies de plantas, suas diversas ruas arborisadas, seus lindos grammados, cascatas, grutas, bambusaes enormes, seus ricos e

curiosos viveiros, as bellas estufas, etc., dão-lhe grande reputação de valor e de belleza, tão justamente afamados (idem).

Em relação à praia de Copacabana, diz que esta se localiza em um bairro novo, mas que é “digno de visita pelas belezas naturaes que offerece” (Pessôa, 1905, p. 128). Sobre a “Villa Ipanema”, igualmente nova, diz que trata-se de um lugar “aprazível”, “alegre”, “fresco” e “mui saudável”.

Em relação aos aspectos da natureza no meio urbano, Pessôa ainda enaltece o bairro do Cosme Velho, pela sua “luxuriante” vegetação e sua “variedade de paisagens” (Pessôa, 1905, p. 130). Visitar o Corcovado, em seguida, é altamente recomendado, pois é:

[...] de onde se gosa a sensação agradabilissima de um dos mais bellos panoramas do mundo. A descripção que delle se tentar fazer, só poderá esboçar pallidamente a grandeza maravilhosa do magestoso quadro, que d'ahi se descortina, abrangendo a vista de um horisonte enorme em que se mesclam a cidade, o mar, os arrabaldes, as fortalezas, os navios, as ilhas, Niteroi, etc. [...] (p. 130).

Por fim, além de apresentar descrições sobre a Tijuca, Alto da Boavista e bairros do subúrbio, antes de encerrar a seção dos arrabaldes o guia trata das “Ilhas da Bahia”: fala da Ilha do Governador e de suas “praias de banho mui procuradas” (Pessôa, 1905, p. 156); descreve a Ilha de Paquetá como “a mais poética e encantadora” ilha de toda a baía. Para finalizar, assim como o outro guia de língua francesa, recomenda excursões para pontos mais afastados do Rio, mas que preservam uma ligação marcante com a natureza, como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da histografia carioca e dos guias de viagem produzidos no começo do século XX apresentaram indícios de que as relações existentes entre cidade, sociedade e meio ambiente são historicamente determinadas, variando conforme os valores, os hábitos e as práticas sociais desenvolvidas num certo período de tempo. Do final do século XVIII, quando se constrói o primeiro jardim público da cidade, até o início do século XX, quando se intensifica uma cultura balneária e praieira, o Rio de Janeiro passou

por intensas transformações demográficas, urbanas, históricas, econômicas e culturais, o que se reflete na forma como os seus habitantes, visitantes e governantes interagem com o meio na qual vivem.

As áreas verdes, de um lado, se multiplicaram com o desenvolvimento e criação de jardins, parques, praças e avenidas urbanizadas, assim como tem seu acesso facilitado com a construção de estradas e sistemas de transportes que permitem uma ligação mais ágil com as montanhas e florestas da cidade (como o trem do Corcovado). Nos dois guias analisados estes locais são descritos como belos, magníficos, impressionantes e que proporcionam a contemplação de paisagens e panoramas incríveis. Apesar de em um guia de viagem ser comum a presença de uma linguagem apelativa, que desperte o interesse do viajante pelo local que está sendo descrito, acredita-se que toda essa exaltação das áreas verdes também faz parte de um projeto maior de modernização da cidade, de mostrá-la enquanto um lugar civilizado e onde reina a saúde e o bem-estar – assim como supostamente ocorre em outras grandes cidades da Europa.

Já a orla, de outro lado, é também descrita pela sua beleza, ar fresco, aspecto agradável e vistas bonitas. As então recentes praias de Copacabana, Leme e Ipanema, assim como as praias mais centrais e a Baía de Guanabara são igualmente exaltadas, levando o viajante nacional ou estrangeiro ao êxtase e ao deslumbramento. Os banhos de mar, no entanto, recebem menos atenção, num contexto em que a cultura balneária e praieira – assim como a urbanização da zona sul da costa – ainda se desenvolve paulatinamente entre os próprios habitantes locais. Dessa forma, as referências à orla e às praias que surgem no guia concentram-se mais na questão da contemplação e da admiração do cenário proporcionado pelo beira-mar.

Por fim, o que se salienta aqui é que este trabalho buscou contribuir, de alguma forma, no entendimento de que a cultura de valorização e enaltecimento da natureza é historicamente desenvolvida, sendo resultado de influência externa (como os padrões de civilidade europeus aqui desenvolvidos, por exemplo) e conseqüentemente da ação, da prática e de hábitos que homens e mulheres desenvolvem ao longo da trajetória humana. Este processo, portanto, não é dado e nem surge de modo “natural”; antes de tudo, é reflexo das relações sociais que desenvolvemos a partir do momento histórico e do ambiente em que vivemos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A cidade, a montanha e a floresta. in: ABREU, M. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 54-103.
- ANDREATTA, V.; CHIAVARI, M. P.; REGO, H. **O Rio de Janeiro e a sua orla: história, projetos e identidade carioca**. Coleção Estudos Cariocas, Rio de Janeiro, n.9, p.1-16, dez., 2009.
- CAMPOS, F. Das casas de banho ao Copacabana Palace – Balneário da Cidade Maravilhosa. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 4, 2010, p. 169-175.
- CARDEMAN, D.; CARDEMAN, R. G. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- CORBAIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- IPHAN. **Dossiê da candidatura do Rio a patrimônio mundial**. 2016.
- ENDERS, A. **A História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.
- GALVÃO, M. C. C. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. in: ABREU, M. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p. 13-26.
- JARDIM, P. **O Rio e o mar na orla sul da baía**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2014.
- MACEDO, S. S. **Litoral Urbanização: Ambientes e seus ecossistemas frágeis**. Paisagem Ambiente, Ensaios: São Paulo. n. 12 p. 151-232. dez. 1999.
- OLIVEIRA, F. L. **Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos: as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século XX**. Tese de doutorado - Universitat Politècnica de Catalunya / UPC. Barcelona, 2008.
- PERROTTA, I. **A construção dos atrativos turísticos do Rio de Janeiro, a partir dos seus primeiros guias para viajantes estrangeiros**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- RESENDE, V. F. **Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org). Cidade: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 256-281.
- SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- VILLAÇA, F. **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira: áreas residenciais e comerciais**. São Paulo: USP/FFLCH, 1978.

GUIAS DE VIAGEM

BILAC, Olavo, PASSOS, Guimaraens e JÚNIOR, Bandeira. **Guide des États-Unis du Brésil**. Rio de Janeiro: Bilac, Passos & Bandeira. 1904.

BRASIL. **Lonely Planet**, 2017.

PESSÔA, Paula. **Guia da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Bevilacqua. 1905.

RIO de Janeiro. **The Monocle Travel Guide Series**, 2015.

RIO de Janeiro & São Paulo. **Fodor's Travel Guide**, 2015.